

Um político, Fontes Pereira de Melo**

Para a maior parte dos portugueses, Fontes Pereira de Melo foi um senhor de bigode que deu lugar a um período, o fontismo, caracterizado por uma política centrada na «demagogia» das obras públicas e na «corrupção» dos actos eleitorais. Esta imagem, criada em grande medida pela geração de 1870, acabou por chegar quase intacta aos nossos dias. Um dos textos mais influentes sobre o político oitocentista talvez seja o de J. P. Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo*. Mas ele não pode ser tomado à letra. Entre outras razões, porque o historiador, que, por dificuldades financeiras, fora obrigado a abandonar o sonho de vir a ser engenheiro militar, convivia mal com a glória do rival. De certa forma, Oliveira Martins era o observador menos neutro que se poderia encontrar. Relembre-se a forma como ele descreve Fontes: «um imperialista por temperamento, engenheiro por educação, aliterado por um resto de romantismo e por índole portuguesa; de resto, sem malícia, prosaicamente crente na capacidade ideal das sociedades, por não ter génio e por obedecer às correntes da época, convictamente sectário da opinião dos economistas ex-saintsimonianos, como Chevalier, que viam na produção da riqueza o segredo da fortuna dos Estados e nas associações capitalistas, nisso a que chamou com razão feudalismo novo, o instrumento adequado ao progresso»¹. O que subjaz ao retrato é a amargura.

Oliveira Martins não foi o único contemporâneo a irritar-se com o sr. Fontes. Desta perspectiva comungava um grupo de intelectuais que olhava o que podemos chamar a geração de 1850, a da Regeneração, com inveja. Basta atentar na forma como Bordallo Pinheiro apresentou o político no homónimo

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Este texto foi apresentado no «Seminário de História do ICS» a 6-11-1996. Trata-se da primeira versão de um capítulo do livro *Fontes Pereira de Melo* a sair brevemente.

¹ J. P. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimaraes, 1959.

António Maria, depois de, no *Álbum das Glórias*, o ter retratado como alguém que, depois de ter construído todas as estradas que havia a construir e promovido todos os generais que havia a promover, se fartara da vida. Nas suas caricaturas, Fontes surge como um Bismarck de capelista, um emissário do rei, um cínico que esfolava o povo². Este grupo, de que também faziam parte Eça de Queirós, Antero de Quental e Batalha Reis, havia chegado à idade adulta num período particular: os anos da crise de 1868-1871. Acabara a época de ouro iniciada com a Regeneração. Outra, que terminaria com o *ultimatum*, começava. Foi durante os anos do maior caos, da Fusão à Janeirinha, que eles cresceram. Isso marcou-os para a vida. Passaram a olhar com fúria um país onde não conseguiam arranjar emprego, um país onde os cargos públicos estavam ocupados, um país onde o povo vivia em ancestral letargia.

Na Primavera de 1871, estes intelectuais decidiram chocar o mundo burguês a que pertenciam através de uma série de conferências no Casino Lisbonense. Quando, a 26 de Junho, Salomão Saragga se levantou para debater a divindade de Cristo, o presidente do Conselho, o duque de Ávila, fez-lhes o favor de as proibir. De um dia para o outro ficaram famosos. Não sem justa causa. Sozinhos, conseguiram mudar a forma como o país se via. Sob o pretexto de criticar a prosa da classe dirigente, o grupo deixou-nos uma crítica devastadora do sistema representativo. Em 1878, ano da sua primeira, e falhada, candidatura a deputado, Oliveira Martins escrevia: «A eleição é, de facto, uma lotaria e da urna sai apenas a sorte grande.» Antero de Quental pensava que «o achatamento universal», provocado pela democracia, era uma calamidade. Para Ramalho Ortigão, que se lhes juntaria, o deputado era um ser abjecto que obtivera o seu lugar, «de rojo pela lama, com os joelhos no chão, babando-se em condescendências asquerosas e em risos nojentos». Exprimindo-se através de *alter egos*, Eça de Queirós confirmava o país na convicção de que a política era um assunto impróprio para conversas à mesa. Fontes não podia, evidentemente, ser visto a uma luz positiva.

A questão reside em que muito do que eles disseram e escreveram era politicamente determinado. A geração de 1870 não era constituída por um núcleo de sociólogos sentados nos seus gabinetes, a analisar friamente uma época. Basta ler os jornais do período para se verificar até que ponto os seus escritos eram politicamente motivados. Isto, que em nada lhes retira mérito, obriga a que as suas obras sejam consideradas em contexto. É verdade que as eleições decorriam de forma peculiar; é verdade que os políticos eram caricatos; é verdade que a oratória oficial era grotesca; é verdade que no país

² V. *Álbum das Glórias*, 2, 1880, e os muitos números de *O António Maria*; consultar ainda a anterior publicação *Lanterna Mágica*, 12-6-1875.

havia miséria, analfabetismo, opressão; é verdade que Fontes era arrogante. Resta que, para a grande maioria dos portugueses, a memória do que acontecera durante a primeira metade do século estava suficientemente próxima para que se sentissem gratos por um movimento, a Regeneração, de que Fontes acabaria por se tornar o expoente.

Quando Fontes morreu, os seus compatriotas reconheceram facilmente quanto o país lhe devia³. O sentimento de perda, expresso na oratória fúnebre, era genuíno. Gente de todos os quadrantes, patrões e trabalhadores, funcionários e militares, nobres e burgueses, quis estar presente no cemitério dos Prazeres. Nas ruas, dezenas de milhares de pessoas apinharam-se para verem passar o cortejo fúnebre. Os inimigos, mesmo os da geração de 1870, elogiaram-no. Nas *Farpas*, Ramalho escreveu que, com a sua morte, se abatia o eixo sobre o qual tinha girado a evolução política de Portugal⁴. Nos *Pontos nos Is*, Bordallo Pinheiro exclamou não se importar de lastimar «a perda enorme que o país acaba de sofrer»⁵. Oliveira Martins quase o elogiou: «Foi o homem forte e íntegro mais funesto que Deus deu a este país»⁶. Os jornais, de todas as cores políticas, incluíram obituários ditirâmicos⁷. Portavoz de um dos mais reivindicativos grupos operários, *O Eco Metalúrgico* prestava homenagem ao homem que, ao «regar o país com libras», contribuíra para o desenvolvimento da indústria.

Todos reconheceram que nada voltaria a ser como dantes. Numa carta a Oliveira Martins, José Luciano de Castro dizia: «O Partido Regenerador era ele e não sei como poderá substituí-lo. Pessoalmente, senti viva mágoa pelo seu desaparecimento. Politicamente, penso que alguma coisa lucrámos, principalmente pelas dificuldades que nos criava na presidência da Câmara dos Pares. O país e o rei, com certeza, perderam bastante, porque não vejo quem o substitua na direcção do Partido Regenerador, apesar de todos os defeitos da escola política que ele simbolizava»⁸. Mais do que qualquer outro político, Fontes moldou o Portugal da segunda metade de Oitocentos: entre 1851 e 1886, esteve no poder durante vinte anos, doze dos quais como presidente do Conselho. A instabilidade política, geralmente atribuída ao século XIX, tem de ser temperada pela longa governação fontista.

O seu êxito à frente dos destinos da nação deve-se naturalmente a uma complexidade de factores. Começemos por um dos menos mencionados,

³ Apenas Fialho de Almeida tentaria demolir a obra de Fontes nos *Gatos*, Agosto de 1890.

⁴ R. Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, Clássica Editora, 1943, vol. III, p. 168.

⁵ *Pontos nos Is*, 27-1-1887.

⁶ *A Província*, Lisboa, Guimarães, 1959, vol. III, p. 428.

⁷ A lista dos obituários, de *O Correio da Noite* a *O Comércio de Penafiel*, do *Jornal da Manhã* a *O Diário Ilustrado*, de *A Revolução de Setembro* a *O Sul*, de *O Distrito de Vila Real* a *A Aurora do Tâmega*, é monumental.

⁸ Carta de 25-1-1887, «Espólio» de Oliveira Martins, «Reservados», B. N.

como o facto de Fontes ser militar. Nem toda a gente se lembra, ao olhar este homem que geralmente vestia à civil, que ele teve uma importante carreira nas armas. Mas foi como general que se fez pintar por Félix da Costa e foi como general que foi a enterrar⁹. A subalternização deste aspecto da sua vida deve-se, possivelmente, ao seu espectacular sucesso na política e ao facto de ele ser um militar diferente daquele a que nos habituámos a associar ao século XIX. Mais do que a intriga, interessava-lhe o progresso. Era um tecnocrata que admirava a disciplina das ciências exactas, um administrador empenhado na expansão da economia, um político capaz de conquistar adversários.

Outro factor importante na sua permanência à frente do Executivo deve-se ao seu relacionamento com o monarca. Não com D. Pedro V, que o detestava, mas com D. Luís, que passou a nele confiar. Num país em que, mais do que do Parlamento, a escolha do presidente do Conselho dependia da preferência real, isto foi fundamental. É certo que o rei não podia tudo, mas podia muito. E o facto de, a partir de 1861, Fontes ter tido o rei do seu lado não foi despreciando. O que, contudo, não faz de Fontes o «valido» da tradição. Portugal foi, durante longos anos, governado por uma dupla. O rei precisava de Fontes tanto quanto este dele.

Havia depois as suas características pessoais. Num país habituado a escândalos, Fontes destacava-se pela sua honestidade. O dinheiro nunca teve para ele a menor importância. Nos últimos tempos vivia no palacete, ao Pátio do Tijolo, que alugara à família Braamcamp. Ao contrário de outros, que da política haviam feito um trampolim, morreu pobre. Nem ao trabalho de deixar testamento se deu¹⁰. Tão-pouco os símbolos de *status* o interessavam. Sempre recusou a nobilitação, preferindo que a posteridade o revisse nas obras que deixou. Não devemos admirar-nos. Os vestígios da sua acção, da ponte D. Maria à estação de Santa Apolónia, dos marcos do correio à praça Príncipe Real, dos telégrafos ao sistema métrico, ainda vivem connosco.

O caminho por ele percorrido desde o dia, em Julho de 1851, em que ascendeu ao governo foi longo. Ao ser convidado por Saldanha para fazer parte do Executivo, apenas era conhecido por algumas das suas intervenções no Parlamento, como a sua defesa da liberdade de imprensa. Ninguém terá então imaginado que o jovem ministro, a quem ironicamente D. Pedro V chamava o «D. Magnífico», viria a governar o país. Fontes foi capaz de fazer o que outros, antes dele, tinham tentado, sem o conseguirem. Para mandar

⁹ Para um retrato à civil, v. um dos mais divulgados no livro de F. J. Pinto Coelho *Contemporâneos Ilustres*, Lisboa, 1877. Dos quadros a óleo, o mais célebre é o que se encontra no Crédito Predial; v. ainda a caricatura, em traje à civil, no *Album das Glórias*, de Bordallo Pinheiro.

¹⁰ *A Ilustração Portuguesa*, 31-1-1887.

nos Portugueses não careceu de amordaçar ninguém, de exercer violências, de manter o rei prisioneiro. Uma das facetas que mais sobressaem a quem lê os seus discursos, leis e decretos é a mistura entre a flexibilidade táctica e uma estratégia inalterável. Se «torcia», não era por não ter princípios, mas porque, sabendo quais eram, podia dar-se ao luxo de transigir.

Tudo — o físico, o porte, a voz — o separava dos outros políticos. Raros o tratavam por tu. Poucos podiam gabar-se de terem ido a sua casa. Num país infestado por bacharéis, o facto de não ter frequentado a Universidade de Coimbra acabou por lhe ser favorável. Em vez de passar as noites a ler romances franceses, a jogar *whist*, a ouvir boatos, entretinha-se a redigir artigos para a *Revista Militar*, a escrever preâmbulos, a estudar inventos¹¹. Viúvo, passou a apreciar a rotina de um lar dominado pela irmã. Com base no facto de Fontes ter pintado o cabelo até morrer, houve quem dissesse que ele tinha amantes. A ser esse o caso, não se lhe conhecem paixões. O que dele se recorda é cinismo. «O que quer ele?», a frase usada quando alguém ousava criticá-lo, mostra o que pensava dos contemporâneos. Como outros, antes e depois, aproveitou o lado mais vulnerável dos Portugueses.

Autoritário adentro de portas partidárias, era tolerante fora delas. Mesmo tendo em conta os hábitos modernos, o grau de liberdade de que gozava a imprensa era espantoso. Os políticos não mediam as palavras. Os debates parlamentares eram violentos. De certa forma, o Portugal do sr. Fontes assemelhava-se à França, tal como Tocqueville a via em 1856: «Como é preciso deixar aos Franceses o prazer de um pouco de licença, para os consolar da sua servidão, o governo permite-lhes livremente toda a espécie de teorias gerais e abstractas¹².» Dias Ferreira, um adversário, percebeu-o bem: «Não há país nenhum no mundo, monarquia ou república, que tenha disposições reguladoras do direito de reunião e do direito de petição mais amplas e liberais do que as que estão escritas na páginas da nossa legislação nacional.» E alertava para o reverso da medalha: «Poucos actos da vida civil o cidadão português pode praticar sem se colocar na dependência, ou do escrivão da fazenda, ou do fiscal da água, ou do regedor da paróquia, ou do juiz ordinário, ou de qualquer empregado público¹³.» Os Portugueses eram livres de dizer o que pensavam, de encontrar quem lhes apetecesse, de formar as associações que entendessem. O que não impedia que as suas vidas dependessem do Estado até ao mais ínfimo pormenor.

Ao extraordinário grau de liberdade de que os nossos antepassados gozavam não era alheio o conhecimento, por parte do poder político, de não terem

¹¹ O primeiro artigo que escreveu para a *Revista Militar*, datado de Janeiro de 1849, era já sobre caminhos de ferro, telégrafos e barcos a vapor.

¹² A. Tocqueville, *L'Ancien Régime et la révolution*, Paris, Gallimard, 1964.

¹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 29-1-1884.

eles meios para a rebeldia. Quem, num país de nobres arruinados, de burgueses débeis, de camponeses miseráveis, possuiria a força necessária para se opor ao governo? Portugal não tinha uma magistratura independente, como a que existia em Inglaterra, nem sequer governadores civis, como os que tinham aparecido em França. Havia, de um lado, o governo, do outro, um exército de dependentes¹⁴. O único poder que se sobrepunha ao Executivo, e mesmo esse viu a sua influência diminuir, era a Coroa. Constitucionalmente, os reis podiam intervir na política, quer através da dissolução da Câmara dos Deputados, quer, e sobretudo, através da nomeação de pares. A relação entre a Coroa e os governos variou, contudo, ao sabor das personalidades. Com D. Pedro V, próximo nas ideias mas diferente na personalidade, Fontes deu-se sempre mal¹⁵. Já com D. Luís, as relações foram excelentes. O rei e Fontes tinham interesses convergentes: um queria gozar a vida, o outro fazer reformas. Júlio de Vilhena argumentou que o poder de Fontes se tinha baseado na dupla ilusão de pensar o rei ser Fontes estimado dentro do partido e o partido de ser ele o preferido do rei. Seja como for, o esquema resultou¹⁶.

Além dos factores estruturais, havia a energia de Fontes. Nem Portugal, país sobre o qual poucas ilusões tinha, o fazia esmorecer. Quer os Portugueses o desejassem, quer não, o progresso haveria de ser implantado. Nem que fosse à força. Mas o seu intervencionismo tinha limites. Fontes era um homem da sua época, o que, neste caso, quer dizer que admirava o liberalismo à anglo-saxónica. No comércio, na indústria, na agricultura, preferia que o Estado se abstinhasse. Quando, entusiasmados com a obra de Bismarck, alguns dos seus contemporâneos começaram a enaltecer o papel do Estado na protecção dos pobres, ele argumentou não competir a assistência social ao poder político, mas aos montepios. Nas polémicas sobre pautas alfandegárias, um dos campos de batalha mais frequentes do século XIX, lutou sempre por tarifas baixas. Sabia que a economia seria afectada se as fronteiras se abrissem à concorrência estrangeira, mas isso não o levava a ceder indiscriminadamente aos desejos dos capitalistas. Quando, nos anos 1880, como reacção aos aumentos nas importações de cereal dos EUA, se verificou um recrudescimento do protecçãoismo, ele resistiu aos desejos dos lavradores. As leis protecçãoistas, quer as relativas à agricultura, quer à indústria, só seriam aprovadas depois da sua morte¹⁷.

A partir de meados da década de 1870, Fontes passou a encarnar o poder. Os outros, os progressistas, os constituintes, os avilistas, pareciam, quando se

¹⁴ A pouca participação de membros da aristocracia no Executivo tornava Portugal um dos países mais democráticos da Europa. Quatro quintos dos ministros entre 1851 e 1890 eram plebeus (v. P. Tavares de Almeida, *A Construção do Estado Liberal, 1995*, dissertação de doutoramento em Sociologia Política, FCSH, Universidade Nova de Lisboa).

¹⁵ D. Pedro V era dado a embirrações: outro dos políticos com quem sempre se deu mal foi Ávila (v. Mendes dos Remédios, *Cartas Inéditas de D. Pedro V*, Lisboa, 1903).

¹⁶ V. Júlio de Vilhena, *Antes da República*, Coimbra, 1996, pp. 134-135.

¹⁷ J. Reis, *O Atraso Económico Português, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.

sentavam nas cadeiras ministeriais, um grupo de intrusos. Sendo isto verdade, as políticas de Fontes nunca foram aceites pacificamente. As críticas, muitas e variadas, incidiam prioritariamente sobre a sua obsessão com os caminhos de ferro. Fontes foi sempre identificado com uma política de viação ambiciosa. Muitos portugueses anónimos estariam de acordo com ela. Mas o que nos chegou foi a voz dos intelectuais. Poucos meses após a morte de Fontes, Oliveira Martins erguia-se no Parlamento para o censurar. No preâmbulo do projecto de lei de fomento rural, apresentado a 27 de Abril de 1887, dizia: «Quando nós em Portugal acordámos para a vida económica, despertou-nos o silvo agudo da locomotiva, e, estonteados por ele, supusemos que todo o progresso económico estava em construir estradas e caminhos de ferro. Esquecemos tudo o resto. Não pensámos que as facilidades da viação, se favoreciam a corrente de saída de produtos indígenas, favoreciam igualmente a corrente de entrada dos forasteiros, determinando internacionalmente condições de concorrência para que não estávamos preparados, para que não soubemos preparar-nos [...] O caminho de ferro, lembremo-nos bem disto, é um instrumento de uma energia incomparável sem dúvida, mas é um instrumento apenas. Aplicado a um organismo são e capaz de o suportar, avigora-o, aplicado, porém, a um organismo depauperado, extenua-o. Pelos caminhos de ferro, esquecemos a terra, mãe omnípara de toda a riqueza.» Era um adversário temível. Mas não tinha razão.

Muitos dos argumentos apresentados em 1880 não eram diferentes dos articulados em 1850. Os caminhos de ferro eram óptimos, mas apenas podiam ser instaurados num organismo são, isto é, bem governado, isto é, por alguém que não fosse regenerador, isto é, por alguém que não fosse o sr. Fontes. Ao simplismo do esquema vinha juntar-se um novo elemento. O apelo ao regresso à terra era tipicamente *fin-de-siècle*. O clima liberal, a fé na indústria e a ideia de que a circulação era benéfica tinham os dias contados. Se os contemporâneos não deram a Oliveira Martins a atenção a que ele pensava ter direito, a posteridade vingá-lo-ia. As suas ideias assumiram, durante décadas, o estatuto de verdade absoluta. Não se vê, todavia, como Portugal poderia ter-se desenvolvido sem uma rede de transportes decente. Mesmo admitindo a desorganização, a ineficiência e a corrupção que rodearam estes empreendimentos, os caminhos de ferro foram fundamentais ao desenvolvimento do país.

Se Portugal não deu o salto para o mundo novo com que os Portugueses sonhavam, isso não pode atribuir-se exclusiva, nem principalmente, à política fontista. Pelo contrário. Mais do que qualquer político da sua época, Fontes contribuiu para que Portugal saísse do atraso ancestral. À data da sua morte, Portugal era atravessado por 6500 km de estradas, 1500 km de caminhos de ferro e 6000 km de linhas telegráficas. Nem tudo fora construído por ele. Seja como for, a maior parte das obras a ele têm de ser atribuídas. Vejamos, a título exemplificativo, o que ocorreu no domínio ferroviário. Durante os

seus governos (1851-1856, 1859-1860, 1865-1868, 1871-1878, 1881-1886) construíram-se 1775,7 km de vias. Durante os governos histórico-progressistas (1856-1859, 1860-1865, 1879-1881) apenas foram feitos 377,6 km. A percentagem de vias ferroviárias construídas por Fontes corresponde a 82,5% dos 2153 km erguidos entre 1856 e 1886¹⁸. A linha do Leste, de Lisboa a Elvas e daqui à fronteira, ficou terminada em 1863. Em 1861, o Barreiro ficava ligado a Vendas Novas, em 1873 podia-se ir de comboio até Estremoz, em 1877 até Gaia e Campanhã, em 1882 até Valença. A linha do Douro estendia-se, em 1882, até ao Pinhão. Em 1882, a linha da Beira Alta ligava a Figueira da Foz a Vilar Formoso. O país passou a poder escoar o trigo, a carne e o azeite que produzia. Não era de somenos.

É verdade que a entrada de produtos estrangeiros, que tanto afligia Oliveira Martins, aumentou, mas o facto não era, longe disso, uma coisa negativa. Pense-se ainda no que a abertura das fronteiras significou a nível cultural. No texto redigido por altura da morte de Antero de Quental, Eça de Queirós descrevia desta forma a revolução intelectual vivida em Coimbra pelos alunos ali chegados em 1860: «Pelos caminhos de ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França), torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários... Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo. Era Michelet tornado profeta e justiceiro de reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como o Universo, e Poe, e Heine, e creio que já Darwin e quantos outros.» A civilização chegara a Portugal. Importada, mas chegara.

No domínio político, a contribuição de Fontes foi imensa. O seu papel na estabilização do regime revelou-se mesmo mais importante do que a construção de vias férreas. É verdade que, enquanto viveu, a «rotação» foi desviada a seu favor, mas o sistema ganhou consistência durante os anos 1870. Em vez de grupos frágeis, dando origem a coligações espúrias, apareceram famílias políticas. As suas reformas, nomeadamente as leis eleitorais e a revisão constitucional de 1885, deram ao país um mínimo de estabilidade política¹⁹. A conjuntura económica ajudou, mas outros países, a começar pela Espanha, conheceram episódios sangrentos. Sem a confiança que Fontes infundia aos capitalistas, é duvidoso que a economia tivesse crescido como, apesar de tudo, cresceu. Com ele no governo, os financeiros — estrangeiros e nacio-

¹⁸ Raúl Couvreur, *Inauguração dos Caminhos de Ferro em Portugal: Uma Data e Um Nome*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956.

¹⁹ Entre 1851 e 1890 houve 22 governos, o que corresponde a uma duração média de sete meses cada um. Este número é, todavia, afectado pela grande instabilidade dos anos 1868-1871. Se descontássemos estes, a duração média seria muito mais elevada. Sob a mudança de ministérios havia uma grande continuidade no pessoal político (v. P. Tavares de Almeida, *A Construção*, cit.).

nais — deixaram de temer os golpes militares, as guerras civis, os motins de rua. Não eram apenas os Portugueses a constatar as mudanças que tinham ocorrido. Muitas das observações que H. C. Andersen fez, ao visitar Portugal em 1866, terão de ser atribuídas ao período de prosperidade que se seguiu à Regeneração. Como o ilustre visitante observou, a capital estava muito diferente: «Por todas as descrições de Lisboa com que deparei formara, para mim próprio, uma imagem desta cidade, mas a realidade foi bem outra, mais luminosa e bela. Fui obrigado a exclamar: onde estão as ruas sujas que vira descritas, as carcaças abandonadas, os cães ferozes e as figuras de miseráveis das possessões africanas que, de barbas brancas e pele tisonada, com nauseabundas doenças, por aqui se deveriam arrastar?» O fim da tarde, a cor dos azulejos e o cheiro das árvores fascinaram-no. Até a província lhe pareceu aprazível. As notas sobre a sua chegada não podem ser mais lisonjeiras: «Que transição, ao entrar em Portugal, vindo de Espanha. Era como sair da Idade Média para entrar no presente. Via à minha volta casas acolhedoras, caiadas de branco, matas cercadas por sebes, campos cultivados e nas grandes estações podia-se sempre tomar qualquer refresco.» As maravilhas excederam a sua imaginação: «Aqui haviam chegado também, como uma brisa, as comodidades dos tempos modernos da Inglaterra ou do restante mundo civilizado. De uma beleza pitoresca, com lindas casas brancas no meio da verdura, luzia ao lado, na nossa frente, a primeira cidade portuguesa, Elvas.» O resto da viagem continuou de forma acolhedora, tendo o escritor descoberto um hotel no Entroncamento, onde, enquanto esperava pela ligação do comboio, bebeu não só um bom vinho, mas, surpresa maior, um ótimo chá²⁰.

Outra obra de Fontes, que tem sido igualmente esquecida, diz respeito à reorganização do exército. Não só era ele um militar, como sabia quão essenciais eram os militares à manutenção do regime. Para avaliar quão importante ele considerava o sector basta consultar a coluna das despesas do Ministério da Guerra. Muito elevada durante as guerras civis, a parcela tinha vindo a descer ao longo dos anos, atingindo, durante a década de 1850, montantes que ele considerou insuficientes. Os 15 % do orçamento de 1864 passaram, quando Fontes assumiu a pasta, em 1866, para 17%. Durante o seu último governo, as despesas com o Ministério da Guerra de novo saltaram de 14% para 17%²¹. A ter um exército, argumentava Fontes, o país tinha de o manter apetrechado. Em 1878 gabava-se do que fizera: «Não há uma espingarda em Portugal, distribuída aos corpos, nem arrecadada nos arsenais, capaz de fazer fogo, que não seja comprada por mim, não há um canhão moderno, quer seja de campa-

²⁰ H. C. Andersen, *Uma Visita a Portugal em 1866*, Lisboa, Ministério da Educação, 1971.

²¹ M. Eugénia Mata, *As Finanças Públicas Portuguesas, da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

nha, quer seja de costa ou de posição, capaz de se bater com os canhões da Europa, senão comprado por mim, não há uma ambulância para transporte de feridos, que não seja comprada, aperfeiçoada e aplicada pelo Ministério de que tenho feito parte; não há um muro de fortificação em roda de Lisboa que não tenha sido levantado no tempo em que tenho estado no ministério²².» A oposição sabia que isto era verdade; por isso se calou. Com dinheiro, armamento e autoridade, Fontes silenciou os militares. Não foi um feito menor.

Em grande medida, foi isto que lhe permitiu governar em paz. Não se estabiliza um regime com revoltas de caserna no horizonte. Mas a sua contribuição não se limitou a isto. As suas reformas políticas foram tão profundas que a elas poderia aplicar-se o adjectivo de revolucionárias²³. Mais uma vez a historiografia tem, também aqui, maltratado Fontes, uma vez que o que geralmente associamos ao sistema político por ele montado é a corrupção. Mas a situação era mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Segundo a versão ortodoxa, Fontes era o principal responsável pelo facto de as eleições serem uma farsa. Se meditarmos no estado do país, o absurdo da acusação salta à vista. Ninguém, nem Fontes — a admitir que o desejasse —, poderia ter implantado em Portugal um sistema representativo, tal como o prescrevem os manuais. Fontes governava uma sociedade cuja cultura política nada tinha de democrático e, muito menos, de liberal. Havia uma distância abissal entre os devaneios dos intelectuais, cujas críticas chegaram até nós, e as ambições de uma plebe mais interessada em discutir assassinatos de reis do que os méritos da urna.

Convém lembrar a forma como o regime liberal chegara a Portugal. Ao contrário do que sucedera noutros casos, não tinham sido as classes médias ou as massas populares a reclamar uma Constituição que limitasse o poder do monarca. Fora um rei, D. Pedro IV, que, por motivos próprios, «outorgara» uma Carta em 1826. Durante muito tempo, o povo não se reviu no bocado de papel que, no seu artigo 1.º, dizia ser o reino de Portugal «a associação política de todos os cidadãos portugueses», formando estes «uma nação livre e independente», e, no 12.º, serem os representantes da nação portuguesa «o rei e as cortes gerais». O que viam era um rei. Absoluto ou não, era pouco claro. Quanto aos seus representantes em Cortes, nada lhes assegurava existir qualquer afinidade entre os seus interesses e os deles. A Carta podia ser, foi, objecto de polémica, até de guerras civis. Mas nunca conseguiu transformar-se em algo que o povo considerasse seu.

²² J. C. Rodrigues da Costa, *O General Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, 1887.

²³ M. Filomena Mónica, «A lenta morte da Câmara dos Pares 1878-1896», in *Análise Social*, n.ºs 125-126, 1994, e «As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico», in *Análise Social*, n.º 139, 1996.

As eleições oitocentistas não eram apenas diferentes das modernas: eram também diferentes do que os teóricos determinavam. A começar, o indivíduo, tal como o postulava o liberalismo, não existia. Em vastas zonas do país bastava conhecer as opções partidárias do cacique para se prever quem iria ganhar a contenda. As eleições começavam muito antes da votação, com a escolha dos «quarenta maiores contribuintes», que presidiam ao recenseamento. Havia nomes que entravam, outros que eram riscados. As famílias, as aldeias, os bairros, tendiam a votar em bloco. Com o senhor à frente. Reconhecer estes factos não equivale a dizer que as eleições não serviam para nada. Por um lado, o acto eleitoral conferia alguma legitimidade ao regime. Por outro, dava a um povo, tradicionalmente sem poder, uma réstea do dito²⁴. Quando, no mesmo círculo, apareciam vários candidatos, o povo podia negociar o seu apoio.

Ao contrário do que se pensa, o caciquismo não foi uma criação de Fontes. Surgiu naturalmente numa sociedade onde 80% da população era analfabeta. A percentagem de gente que não sabia ler nem escrever tem sido igualmente apontada como uma falha de Fontes. Só um povo esclarecido, dizia a cartilha progressista, podia votar em consciência. Ora, um povo esclarecido era coisa que se não vislumbrava. Apesar das proclamações, uma vez no poder, os progressistas pouco ou nada fizeram. Se progresso houve, ele verificou-se durante a Regeneração, quando o desafogo económico, aliado à pressão do rei, modificou ligeiramente o estado de coisas²⁵.

Independentemente do desígnio do Sr. Fontes, tudo jogava em Portugal contra a alfabetização. Ao contrário do que sucedeu noutras paragens, o país não precisava de mão-de-obra qualificada, não queria que os seus cidadãos lessem a Bíblia, não tinha de incutir valores patrióticos²⁶. Mesmo que Fontes

²⁴ A bibliografia sobre eleições é muito vasta. V., a título exemplificativo, *Correspondência entre Dois Amigos acerca da Eleição dos Deputados*, Coimbra, 1851, e D. Tarroso, *A Forma de Votar*, Lisboa, 1898. Das obras secundárias, o destaque vai para R. Ramos, «A Segunda Fundação, 1890-1926», in J. Mattoso (org.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

²⁵ O número de alunos a frequentar o ensino primário cresceu a um ritmo invulgarmente rápido durante a Regeneração: em 1852 havia aproximadamente 60 000 alunos, número que, cinco anos mais tarde, ascendia a 82 000. O facto deve-se sobretudo ao zelo do rei em estimular o crescimento do sector. Mas as salas de aula não se encheram tão depressa quanto ele desejara. Para desgosto do monarca, os camponeses demonstraram pouco entusiasmo em mandar os filhos à escola. No relatório do Conselho Superior da Instrução Pública relativo ao ano de 1856-1857 dizia-se: «A indiferença e até repugnância dos pais pelo que toca aos meios de instruírem os seus filhos é um facto lamentável e um estorvo fatal à instrução.» Desalentadamente, o relator acrescentava: «Que importa que se disseminem as escolas pelas povoações rurais se for nula ou quase nula a sua frequência?» (V. J. Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior da Instrução Pública 1844-1859*, Lisboa, INIC, 1985.)

²⁶ Para se avaliar do delírio legislativo neste sector, v., por exemplo, o decreto-lei de 2 de Maio de 1878, em que se decretava a obrigatoriedade do ensino primário entre os 6 e os 12 anos. Em 1881, Rodrigues Sampaio, que assinara o decreto, voltou a interessar-se, como presidente do Conselho, pelo ensino primário, fazendo publicar um extenso «Regulamento para a execução

o tivesse desejado, o que é duvidoso, tinha pela frente dificuldades insuperáveis. Ao todo, entre 1861 e 1891, os governos canalizaram para as obras públicas cerca de 180 000 contos; a instrução apenas recebeu 28 000²⁷. Não se pense que houve variações consoante os governos. A educação popular era para os comícios, não para ser tomada a sério.

Um outro tópico que apaixonou a opinião pública, se assim pode dizer-se, foi o tema do municipalismo. Num país pequeno, sem dialectos, com uma única religião, tudo era controlado a partir do centro. Este facto deu origem, em alguns sectores, a um anseio pela devolução do poder às periferias. Mas o tópico entusiasmava mais os intelectuais de Lisboa do que a população rural. De certa forma, o tema tinha algo em comum com a educação popular. Todos os políticos a exaltavam, para descobrirem, uma vez no poder, que aquilo que haviam apregoado tinha de ser adiado. Sob o poderoso impulso de Herculano, o municipalismo popularizou-se. O que não quer dizer que o historiador tivesse razão. As bolsas de autonomia podiam parecer românticas aos intelectuais, mas, para quem vivia nas aldeias, é duvidoso que os méritos do esquema fossem evidentes. Entre o tirano local e o nacional, a escolha nem sempre era favorável ao primeiro. De qualquer forma, mais do que no prestígio do senhor residente, a raiz do poder local residia na deficiência dos transportes. O municipalismo morreu, de morte natural, quando as locomotivas chegaram às aldeias. Como seria de esperar, a centralização fontista não se fez sem reacções. A concepção de um país unificado, com as mesmas taxas, os mesmos pesos, as mesmas medidas, era suficientemente revolucionária para perturbar as almas. Ainda Fontes não tinha mexido um dedo e já se ouvia um sem-número de lamúrias.

Fontes esteve no governo um número de anos suficiente para ter assinado leis de sinal contrário. Pragmático como era, moldava-se facilmente ao espírito do tempo. Concentremo-nos, por exemplo, nas leis eleitorais. Tendo aprovado a descentralizadora lei eleitoral de 1859, viria, em 1884, a sancionar uma lei partidocrática, após ter impulsionado a democrática lei de 1878. Em 1859, por saber ser essa a vontade do rei, Fontes patrocinou a criação dos círculos uninominais. Em 1878, tendo-se convencido de que o alargamento do corpo eleitoral só lhe trazia vantagens — roubava um *slogan* à oposição, consolidava a sua posição no partido e reforçava o regime monárquico —, decidiu incluir no corpo eleitoral praticamente todos os portugueses. Em 1884, tendo percebido que, sem uma negociação com os progressistas, a alternância dificilmente se faria, montou um esquema que facilitava a mudança de governos sob a sua superior direcção.

das leis de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880» no *Diário do Governo*, 1-8-1881, 3-8-1881, 4-8-1881, 5-8-1881 e 6-8-1881. V. ainda J. Reis, «O analfabetismo em Portugal no século XIX — uma interpretação», in *Colóquio: Educação e Sociedade*, 2, 1993, e M. Filomena Mónica, *Educação e Desenvolvimento no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978.

²⁷ R. Ramos, «O sistema fontista», in A. Reis (org.), *Portugal Contemporâneo*, 56-57, Lisboa, Alfa, 1990.

Isto, que pode parecer volubilidade, traduzia o seu pragmatismo. Os tempos mudavam e, com eles, a sua vontade. Nada lhe teria parecido mais estranho do que envergonhar-se de o ter feito. Um estadista tinha obrigação de seguir o *Zeigeist*. E, se é verdade que, sob múltiplos aspectos, mudou de opinião, os objectivos fundamentais jamais foram esquecidos. Mesmo as suas reformas mais partidocráticas foram pensadas, não, como aconteceu na década de 1890, no sentido da exclusão do eleitorado, mas no sentido da sua integração.

Fontes era um «oportunista», um termo usado à época sem a conotação pejorativa que viria a adquirir. Sempre tentou prever os acontecimentos para melhor os dominar. O que não quer dizer que a realidade não lhe tivesse pregado partidas. Veja-se o que sucedeu com os resultados eleitorais de 1878, em que a oposição teve mais votos do que ele jamais pensara, ou com os de 1884, quando, em vez de terem escolhido os nomes por ele combinados com os progressistas para as «minorias», os Lisboaetas elegeram dois republicanos. Apesar dos seus esforços, o regime não estava a conseguir integrar as camadas populares. A capital crescera muito e muito rapidamente. A população de Lisboa, que, em 1860, fora de 200 000 habitantes, aumentara, à data da morte de Fontes, para 300 000. O ritmo fora demasiado rápido para ser fácil controlar esta multidão vinda dos campos, a qual, fora dos antigos quadros sociais, se revelava rebelde.

No que respeita a Câmara dos Pares, Fontes utilizou inteligentemente as aspirações democráticas para reforçar o seu poder. Em 1878, a livre escolha dos pares era retirada ao monarca; em 1885, o pariato hereditário desaparecia. Uma das poucas, se não a única, instituição que podia resistir à sua vontade ficou ferida de morte. O rei, cúmplice nas «fornadas», acabou por não reagir. Após Fontes ter apelidado os críticos do seu projecto de «reaccionários», o II Acto Adicional foi promulgado entre aplausos.

Outra acusação que acompanhou Fontes ao longo da sua carreira foi a de ser um perdulário. Que a sua prioridade não consistia num orçamento equilibrado era evidente. Mas não podemos esquecer-nos de que a dívida pública, que ele herdou, perduraria muito para além dele. Em 1890, o último ministro da Fazenda da Monarquia, Anselmo de Andrade, escrevia: «Tem [a dívida] quatro séculos de existência e começou logo com bons juro, dobrando o dinheiro em quatro anos, como se dizia na forte linguagem do tempo. No fim de cada gerência saía-se sempre empenhado, pagando-se mais tarde, quando se podia. Fechava-se uma série e abria-se outra. Quando a dívida flutuante, que era o recurso de cada dia, não dava para mais, consolidava-se, se alguma aragem de crédito permitia a sua consolidação²⁸». A dívida, que era de 27 milhões de libras em 1860, ascendia, trinta anos depois, a 140 milhões²⁹.

²⁸ A. Andrade, *Relatórios e Propostas da Fazenda*, Coimbra, 1891.

²⁹ A. Lopes Vieira, «Investimentos britânicos nos transportes urbanos e suburbanos em Portugal na segunda metade do século XIX», in *Revista de História Económica e Social*, 7, 1981.

O facto, que a alguns dos seus adversários parecia tremendo, não assustava Fontes. Segundo ele explicou vezes sem conta, a dívida era algo com que era preciso aprender a viver. Se ele, Fontes, pedia dinheiro emprestado, era para que o país pudesse sair da miséria. Aliás, não era verdade que Portugal estivesse numa situação tão catastrófica quanto os seus opositores queriam fazer crer. A diferença entre o que os Portugueses produziam e o que gastavam era, toda a gente o sabia, coberta pelas remessas dos emigrantes. Houvera, a meio caminho, a guerra do Paraguai, mas tudo se recompusera. Desde que os portugueses do Brasil continuassem a remeter para Portugal as suas poupanças, havia margem de manobra³⁰.

Fontes sonhou governar um país rico e liberal. Mas Portugal não possuía as bases necessárias para tornar real a sua aspiração. Do ponto de vista económico, os entraves eram colossais. Politicamente, não eram menores. Segundo os princípios, o rei apenas deveria reinar. Perante a ausência de um mecanismo político que assegurasse a alternância, era ele quem efectivamente escolhia os governos. As eleições eram supostamente a chave do regime. Mas, num país pobre, os eleitores eram pressionáveis. O pariato hereditário era essencial numa monarquia liberal. Mas, em Portugal, a nobreza fundiária deixara de existir. Sem eleitorado, sem nobreza, sem partidos, o regime teria de funcionar, como funcionou, de forma peculiar. Em Portugal não havia equilíbrio possível entre o poder político, a nobreza e a burguesia³¹. O resultado ficou à vista: em vez de um parlamentarismo aristocrático, tivemos uma oligarquia burocrática.

Em 1885, Oliveira Martins disse, e muitos o repetiram, que o regime era «um sistema de ditadura crónica e de governo pessoal exercido dentro dos moldes parlamentares». Era-o naquele momento. Mas, nos anos 1870, o regime possuía traços que importa não desprezar. Enquanto o rei, os partidos e os proprietários ganharam com isso, o sistema manteve-se aberto. Tudo mudou na década seguinte. Em 1885, D. Luís governava há 25 anos, Fontes reforçara o seu cinismo, Braamcamp estava agonizante, os proprietários sentiam-se amea-

³⁰ O número de emigrantes para o Brasil aumentou com o *boom* do café e do algodão. Em meados dos anos 1860, a média dos que deixavam o país era já de cerca de 15 000 por ano (v. R. Ramos, «O sistema fontista», in A. Reis (org.), *Portugal Contemporâneo*, cit).

³¹ A nobreza portuguesa sempre fora dependente da Coroa (N. G. Monteiro, «Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime», in *Análise Social*, 111, 1991, e «Notas sobre a nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime», in *Ler História*, 10, 1987). Sobre a ruína das grandes famílias aristocráticas, v. *Memórias da Marquês de Rio Maior Bemposta-Subserra*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1930, pp. 16-17. Ainda sobre a nobreza portuguesa, v. os testemunhos contemporâneos de Porchester, *The Last Days of the Portuguese Constitution*, 1830, J. J. Forrester, *The Oliveira-Prize Essay on Portugal*, Londres, 1853, e C. Vogel, *Le Portugal et ses Colonies*, Paris, 1860. Para uma análise comparativa das condições propícias ao estabelecimento de regimes representativos, v. Barrington Moore, *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Londres, Peregrine, 1969.

çados, a crise financeira agravava-se, o povo andava irritado. O fontismo era atacado, à esquerda, por um partido republicano com implantação entre a pequena burguesia e os trabalhadores urbanos e, à direita, por um grupo de intelectuais que se sentiam vexados pela sua exclusão do poder.

No Verão de 1885, Oliveira Martins escrevia a José Luciano de Castro sobre os méritos da ditadura. Em carta datada de 10 de Setembro, o segundo respondia às críticas do primeiro sobre a hesitação do partido em adoptar uma linha dura. Depois de afirmar que, na sua opinião, o regime parlamentar não era incompatível com «proveitosas reformas», concordava em que havia uma, a reforma do «maquinismo político», que, essa sim, exigia um interlúdio ditatorial. Dois meses depois de ter sido aprovado o II Acto Adicional, José Luciano já considerava urgente proceder-se a nova revisão: «E, como eu entendo que para fazer quaisquer reformas económicas de algum valor é condição indispensável a revisão constitucional e a reforma eleitoral [...] e tais providências só em ditadura se poderão fácil e prontamente realizar, não tenho a menor hesitação em aceitar esse excepcional processo de governar.» Algum tempo depois, Oliveira Martins de novo tentara convencer José Luciano da necessidade de os progressistas, quando no poder, promulgarem um acto adicional ou, em alternativa, instalarem «uma ditadura de seis meses, em que se revolucionariam as coisas o bastante para dominar a opinião, acordando-a, governando então com quaisquer câmaras ou caindo honrada e até gloriosamente»³².

Perante as alternativas — o revanchismo dos republicanos ou o cesarismo de Oliveira Martins —, quão agradável nos parece hoje o fontismo. É verdade que o regime satisfazia sobretudo os «amigos» do sr. Fontes. É verdade que só funcionou enquanto a economia esteve próspera. É verdade que vivia da cumplicidade entre a Coroa e o presidente do Conselho. É verdade que se baseava na apatia das massas. Mas, exceptuando a crise de 1868-1871, o país conheceu estabilidade política, a economia desenvolveu-se, as liberdades foram respeitadas. O problema residia em que o regime pouco ou nada tinha a oferecer a um povo sobre o qual recaíam crescentemente os custos da modernização. No final do século, o fontismo dera origem a um operariado que planeava revoluções nas tabernas de Alcântara e a uma pequena burguesia que odiava quem se deliciava a ouvir Bellini em São Carlos. A entrada destes protagonistas em cena não podia ter deixado de marcar, como marcou, o sistema político. Seja como for, Fontes ainda conseguiu a proeza de fazer uma revisão constitucional em liberdade. Fê-lo porque tinha o rei do seu lado, porque os partidos monárquicos se sentiam ameaçados e porque ninguém melhor do que ele sabia reunir consensos. Mas era o fim. Como proclamou no seu leito de morte, «fez falta».

³² J. L. C. e «Espólio» de Oliveira Martins, «Reservados», B. N.